

OPERAÇÕES AR-TERRA

Ten.-Cel. JAYME RIBEIRO DA GRAÇA
Maj. PAULO SERPA MERCÉ

As operações ar-terra são, pode-se dizer, criação da 2ª Guerra Mundial.

Na 1ª Conflagração européia a aviação foi usada, não somente na busca de informações, como também no chamado "acompanhamento do combate" das armas terrestres. Estas ações eram caracterizadas por uma verdadeira dependência da aeronáutica às forças de terra; o planejamento cabia a estas forças e a aviação atuava como um complemento.

Já nos primórdios da 2ª Grande Guerra, as doutrinas de Douhet e de Seversky preconizavam "a vitória pela força aérea"; as forças terrestres deveriam atuar como forças subsidiárias, cabendo-lhes papel muito secundário no desenrolar dos acontecimentos. Haveria, conforme se vê, uma verdadeira mudança no papel representado pelas forças; a aviação, de secundária, passaria a principal; as forças de terra, até então decisivas, passariam a forças de ocupação.

A guerra 1940-1945 colocou, porém, a questão nos seus justos termos: não há, em princípio, forças principais ou secundárias; são todas igualmente importantes e suas ações são complementares.

Ocasionalmente há, porém, em que as características de terreno, de clima e de outros fatores, podem ter grande influência nas operações de modo a eleger uma das forças como de maior realce, em face dessas mesmas características; assim, por exemplo, em um determinado período de operações a aviação poderá mostrar-se mais eficiente que as demais; em outras ocasiões, entretanto, poder-se-á dar o inverso

e a aviação terá que ceder a primazia às forças terrestres. O mesmo que existe neste paralelo ar-terra, existe, igualmente, em relação às armas terrestres; momentos há em que, por exemplo, uma cavalaria de reconhecimento (caso típico do aproveitamento do êxito) assume um aspecto de relêvo e parece mais importante que outras armas; ocasiões há, também, em que essa mesma cavalaria — não encontrando atuação justificável — parece perder em importância diante de outras armas.

Nas ações de pré-invasão do continente europeu, as aviações britânica e norte-americana ocuparam todas as atenções; entretanto quando se processou a invasão, os blindados, os pára-quedistas e a infantaria polarizaram todos os interesses.

Não há, pois, força principal, da mesma forma que não existe arma preponderante.

No Brasil, principalmente, onde não há possibilidade de existência de força aérea semelhante à de uma RAF, é sonho irrealizável pensar-se em vencer-se guerra por meio de aviação independente.

Tendo sido aceita a preliminar da igualdade de importância das forças, passemos a examinar como é feito o ajustamento destas, antes, durante e após a batalha.

É o que — sinteticamente — pretendemos explicar com o estudo dos seguintes pontos:

1. Correspondência entre níveis aéreos e terrestres.
2. Planejamento conjunto.

3. Centro de operações conjuntas.

4. Sistema de operações aero-terrestres.

1. *Correspondência entre níveis aéreos e terrestres.*

O comandante de um teatro de operações tem, em regra, às suas ordens um comandante aéreo, um comandante terrestre e um naval (1).

No que tange à composição de forças aéreas ou terrestre, existe grande variedade, de acordo com a importância e a missão do teatro de operações.

Pode dizer-se, por exemplo, que em geral o mais alto nível terrestre, em um teatro, é representado pelo Grupo de Exércitos, ao passo que o mais alto nível aéreo é representado pelo Comando Aéreo Tático (CAT).

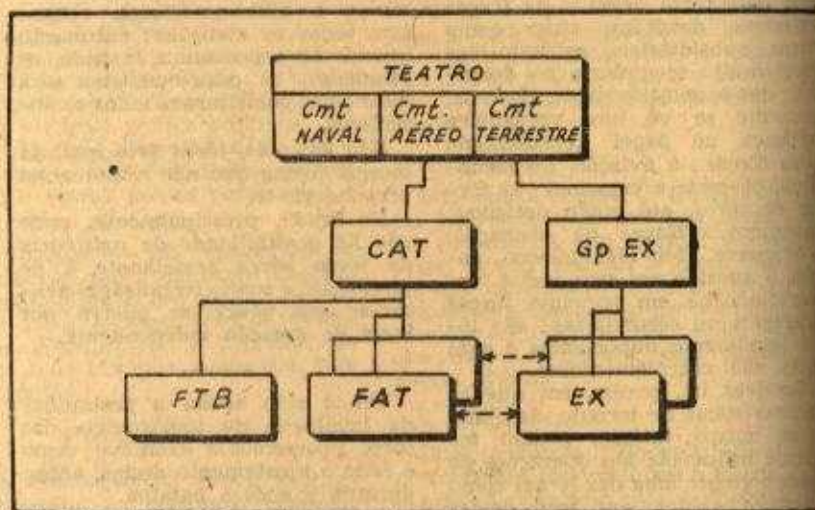
Assim, pois, podemos dizer que a um Grupo de Exército corresponde um Comando Aéreo Tático.

Isto não significa, porém, que um CAT opere exclusivamente em cooperação com o Grupo de Exércitos; além das missões que desempenha em proveito do Gp Ex (2), o CAT pode ainda cumprir outras missões próprias que a este não estejam associadas, caso por exemplo da conquista da superioridade aérea.

De qualquer forma, contudo, é preciso fique bem claro que o nível do Gp Ex é o CAT.

Descendo agora, de escalão, vamos encontrar o Gp Ex, constituído de um certo número de Exércitos; da mesma maneira o CAT é constituído de um certo número de Forças Aéreas Táticas (FAT) e uma Força Aérea de Bombardeio (FTB), esta entretanto, sem correspondente às GU terrestres.

Poderemos, então, dizer que a um Exército, corresponde uma Força Aérea Tática.



(1) São, na ECEMAE, designados como subcomandantes.
 (2) Gr Ex, segundo a abreviatura adotada no Ex.

Não associada usual, cooperar meios aéreos, estabilidade

Abas contrar Qual s dente

A si tament Exércit existe calão a Tática unidade

Esta atuais trora mesmo gânicar ção. P qual tã à dispo Existe, vel, o operaci mente Exércit

Mas, os plan É o c

2.

As e sam se plan o pelas f

O pl com m nã e r haja ef terra. fixo a a fim e peração e terre ciada n mento operaçã

De t demos c

— um

— um

Não percamos de vista que esta associação Exército-FAT é a mais usual, isto é, a mais lógica das cooperações no Brasil, porque a associação Gr Ex — CAT exige meios muito fortes, terrestres e aéreos, muitas vezes além das possibilidades reais de nosso país.

Abaixo do escalão Exército encontramos o Corpo de Exército. Qual será o nível aéreo correspondente a esta Grande Unidade?

A situação agora muda completamente de aspecto: do escalão Exército para baixo, não mais existe correspondência com o escalão aéreo, embora a Força Aérea Tática seja composta de outras unidades menores.

Esta é uma das características atuais das operações ar-terra. Ouzora os Corpos de Exército e mesmo as Divisões dispunham organicamente de unidades de aviação. Modernamente não há, seja qual for o escalão, unidades aéreas à disposição de unidades terrestres. Existe, sim, correspondência de nível, ou melhor, correspondência operacional mas, assim mesmo, somente no que tange ao escalão Exército — FAT.

Mas, nesse caso, como são feitos os planos para as operações?

É o que passaremos a estudar.

2. Planejamento conjunto

As operações conjuntas precisam sempre ser baseadas em um plano conjuntamente preparado pelas forças aéreas e terrestres.

O planejamento deve ser feito com muita antecedência, de semanas e mesmo de meses, para que haja eficiência na cooperação ar-terra. Precisa, além disso, ser contínuo através de toda a operação, a fim de assegurar a íntima cooperação entre os comandos aéreos e terrestres; a coordenação é iniciada na fase inicial do planejamento e continua durante toda a operação.

De uma maneira sintética podemos dizer que existe:

- um planejamento preliminar e
- um planejamento detalhado.

Para o planejamento preliminar, são seguidos os seguintes degraus: as forças aéreas fazem planos para selecionar objetivos para a destruição do poder aéreo inimigo; as forças terrestres e aéreas, em conjunto, selecionam os alvos para selecionar objetivos para isolar o campo de batalha; as forças terrestres em regra, tomam a responsabilidade na seleção de objetivos que serão simultaneamente atacados pelas forças aéreas e terrestres.

O planejamento detalhado inclui os fatores seguintes: missão a ser cumprida, situação e possibilidades inimigas, tipo da operação terrestre, coordenação requerida, medidas de segurança, etc.

O planejamento detalhado é feito por um órgão, do qual fazem parte oficiais do Exército e da Aeronáutica, é o Centro de Operações conjuntas.

Em conclusão, não existe um plano terrestre ou um plano aéreo, aos quais se superponham, respectivamente, planos aéreos ou terrestres. O planejamento é conjunto.

3. Centro de operações conjuntas

O Centro de operações conjuntas é o traço de união entre as forças aéreas e as terrestres. Organizado para todo o desenrolar das operações, é responsável não somente pelo planejamento detalhado, como também, pela supervisão das ações ar-terra.

Entre a FAT e o Exército existe um Centro de operações conjuntas, da mesma forma que existe entre o CAT e o Gp Ex.

Em consequência do fato de ser mais usual no Brasil a conjugação FAT-Ex, trataremos aqui do COC destinado a ligar estas duas forças.

Faremos, de início, para encaminhar o estudo, a seguinte pergunta:

“Deve o COC ser instalado junto ao QG avançado da FAT ou ao do Ex?”

O ideal seria que houvesse, no campo de batalha, a justaposição dos QG avançados, o da FAT e o

do Ex. Neste caso muito desejável o Centro de operações conjuntas ficaria esplendidamente colocado entre um e outro.

Acontece, todavia, que os deslocamentos das forças terrestres não acompanham os deslocamentos das forças aéreas, o que é fácil de ser compreendido em razão da diferença de mobilidade; nestas condições nem sempre é conseguida a justaposição do QG avançado da FAT ao do Ex. Neste caso o Centro de operações conjuntas deve ser instalado junto ao QG avançado da FAT e não junto ao do Exército. A razão é que as necessidades aero-táticas são em maior número que as aero-terrestres e, nestas condições, haverá maior montagem na instalação do COC junto ao QG avançado da FAT.

O Centro de operações conjuntas é constituído de:

— secção de operações de combate e

— secção aero-terrestre.

Na primeira, isto é, na *secção de operações de combate*, funcionam oficiais aviadores — o A-2 e o A-3, oficiais estes que são designados para o COC e pertencem às 2ª e 3ª secções do EM da FAT. A secção de operações de combate recebe pedidos e informações da força terrestre, estuda-os, aceita-os ou os rejeita e expede as necessárias ordens para as unidades aéreas.

Na segunda, isto é, na *secção aero-terrestre*, funcionam oficiais do Exército — o G-2 e o G-3 do ar, oficiais estes que somente têm encargos no Centro de operações conjuntas. Na verdade, a secção aero-terrestre do COC nada mais é que um prolongamento das 2ª e 3ª Sec. do EM do Ex., junto às Forças Aéreas. Ela presta à secção de operações de combate todas as informações concernentes às forças terrestres e encaminha os pedidos (após o estudo e seleção) provenientes das forças de terra.

4. Sistema de Operações Aero-Terrestres

a) O objetivo do sistema de operações aero-terrestres é propor-

cionar ao comandante terrestre, os meios necessários ao recebimento e ao processamento de pedidos de missões aéreas, feitos pelas unidades subordinadas e permitir rápida e contínua troca de informações.

O sistema é organizado e equipado pelas forças terrestres, sendo constituído pelos G-2 e G-3 do Ar, pelo Centro de Interpretação Fotográfica, pelas equipes de oficiais de ligação terrestre e pelos meios de comunicações necessários ao funcionamento do sistema.

É necessário que os oficiais designados para integrar o sistema, conheçam o emprego das forças aéreas, suas possibilidades e suas limitações, em consequência da possibilidade de servirem de conselheiros do comando durante o planejamento e por ocasião dos pedidos de missões aéreas.

Esses elementos existem em todas as Grandes Unidades, inclusive nas Divisões; a íntima ligação entre eles é mantida por meio de extensa rede de comunicações.

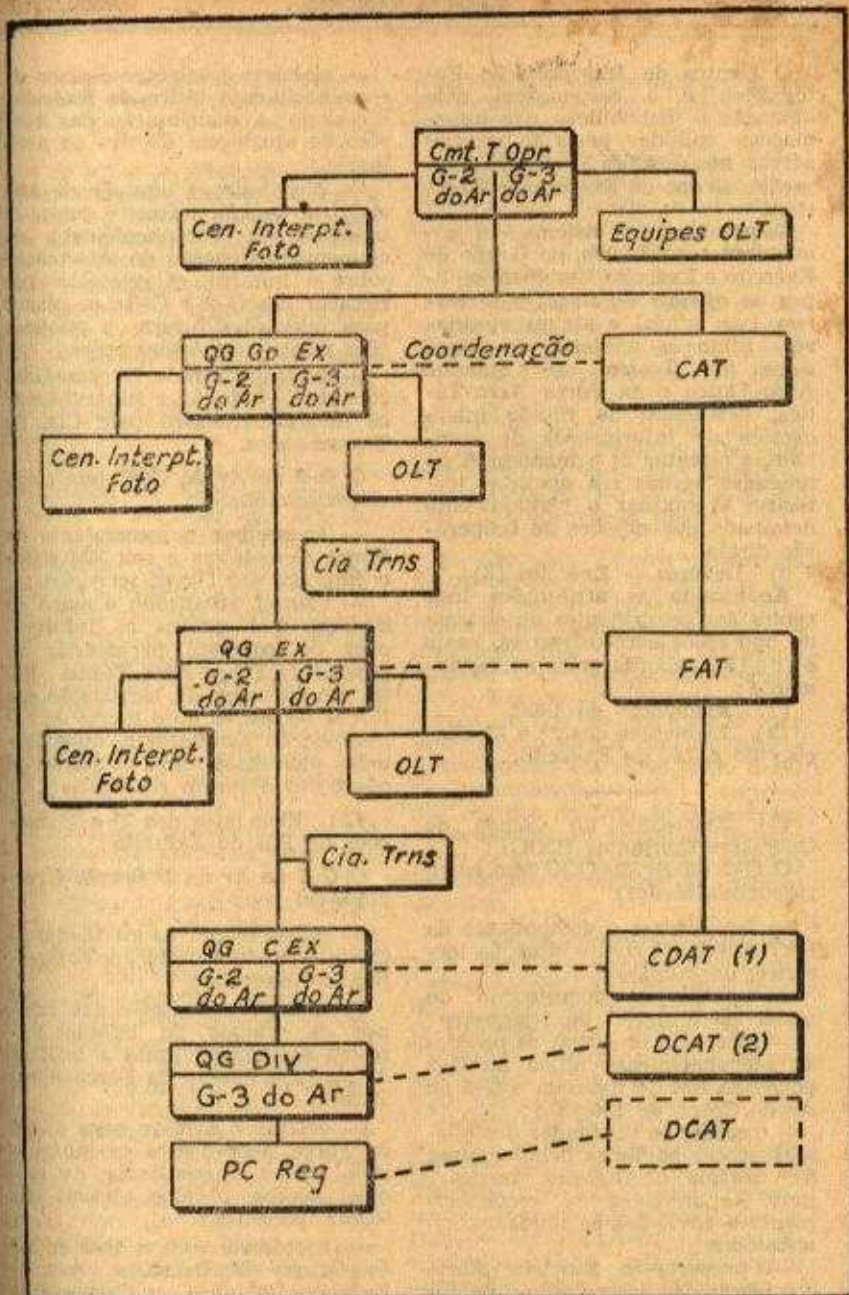
b) O sistema de operações aero-terrestre e o de controle aero-tático, constituem o sistema de Ligações Aero-Terrestres, como pode ser observado na figura ao lado.

No escalão Ex há o G-2 e G-3 do Ar, oficiais esses que servem exclusivamente no COC, onde funcionam como representantes, respectivamente, das subsecções de G-2 e G-3 do Ar, existentes, respectivamente, nas 2ª e 3ª Sec. do E.M. de Exército.

A diferença que existe para o Corpo de Exército é que, ainda que ele deva possuir subsecções idênticas, por não ter responsabilidades no planejamento, ele não envia representantes para o Centro de Operações Conjuntas.

Nas Divisões, somente há subsecção especializada na 3ª Sec.; a função de G-2 do Ar é desempenhada ou pelo encarregado de foto-interpretação, ou por outro oficial para isso designado pelo G-2.

Abaixo do escalão Divisão não existem componentes do sistema de operações aero-terrestres.



NOTA — Os elementos das forças terrestres constituem o SISTEMA DE OPERAÇÕES AERO-TERRESTRES; os elementos das forças aéreas constituem o SISTEMA DE CONTROLE AERO-TÁTICO.

- (1) Centro Diretor Aero-Tático.
- (2) Destacamento de Controle Aero-Tático.

O Centro de Interpretação Fotográfica é o responsável pela obtenção e distribuição das informações colhidas pelas fotografias aéreas, nos escalões Teatro de Operações, Grupo de Exércitos e Exércitos.

Completando o sistema, os comandantes do Teatro, do Grupo de Exército e Exército, designam equipes de oficiais de ligações terrestres (um oficial e alguns auxiliares) junto às unidades da Força Aérea do Teatro, do Comando Aero-Tático e da Força Aero-Tática, destinadas ao rápido intercâmbio de informações de combate, a orientar os comandantes de unidades aéreas em assuntos terrestres e auxiliar o planejamento detalhado das missões de cooperação direta.

c) Deveres — Exército (3).

Analisando as atribuições inerentes aos componentes do sistema de operações aero-terrestres, neste escala, abordaremos sucessivamente:

(1) Elementos do COC.

(2) Elementos das 2ª e 3ª Seções do E.M. do Exército.

(1) Elementos do Centro de Operações Conjuntas (COC):

O G-2 do Ar do COC tem como responsabilidades:

— familiarizar o comandante da FAT e seu EM com a situação terrestre, do inimigo;

— auxiliar a manutenção do mapa de situação aero-terrestre;

— receber e processar os pedidos de reconhecimento tático do G-2 do Ar do EM do Exército e G-3 do Ar do Corpo de Exército;

— receber os resultados das missões aéreas enviadas pelas equipes de oficiais de ligação terrestre junto às unidades de reconhecimento e enviá-los às unidades interessadas;

— preparar o sumário diário dos resultados dos reconhecimentos aéreos, para disseminação aos escalões superiores, subordinados e vizinhos;

— elaborar e orientar o plano de reconhecimento tático do Exército, incluindo a distribuição das missões de ajustagem do tiro da artilharia;

— distribuir às equipes de oficiais de ligação terrestre junto às unidades de reconhecimento, os elementos essenciais de informação sobre o inimigo, os relatórios periódicos dos G-2 e G-3; os planos para operações futuras e publicações relativas a informações;

— controlar a rede de comunicações do G-2 do Ar e supervisionar os meios fornecidos pela Cia. de Transmissões.

O G-3 do Ar do COC tem como responsabilidades:

— aconselhar o comandante da Força Aero-tática e seu EM sobre o emprego das forças terrestres;

— manter atualizado o mapa de situação que contém as informações de combate necessárias ao pessoal da Força Aero-Tática. Estes mapas, além da localização das forças terrestres e do limite da segurança de bombardeio, deve fornecer elementos sobre os planos de operações a serem realizadas;

(2) Elementos das 2ª e 3ª Seções de EM do Exército:

O G-2 do Ar da 2ª Seção é responsável por:

— supervisionar as atividades do Centro de Interpretação Fotográfica do Exército;

— manter o controle das equipes de oficiais de ligação terrestre designados junto à unidade de reconhecimento da Força Aero-Tática;

— coletar e avaliar para o A-2 da Força Aero-Tática as informações sobre os resultados de ataques aéreos, obtidos através das forças terrestres;

— coordenar com o G-3 do Ar do Grupo de Exércitos, com os Exércitos vizinhos, os Corpos e as Divisões, o limite de segurança de bombardeio e os sinais de reconhecimento e identificação visual;

(3) Os casos do T Oprs e do Gp Ex obedecem às mesmas normas.

— receber os pedidos de missões aprovadas e transmitidas pelo Exército à secção de operações de combate;

— informar à subsecção de G-3 do Ar no QG do Exército, Corpo e Divisão, as ações tomadas e relativas aos pedidos feitos ou modificações introduzidas para a execução das mesmas;

— controlar a rede de comunicações do G-3 do Ar e as dos oficiais de ligação terrestre, estabelecidas pela Cia. de Transmissões.

O G-3 do Ar da 3ª Secção é responsável por:

— servir de conselheiro tático do comandante do Exército, no que concerne ao emprêgo da aviação, exceto a de reconhecimento;

— receber, coordenar e distribuir prioridades para os pedidos de missões pré-planejadas, recebidos das unidades subordinadas e enviá-los, uma vez aprovados, para o G-3 do Ar na secção de operações aeroterrestres;

— supervisionar as atividades das equipes de oficiais de ligação terrestre, junto às unidades de caça da Força Aero-Tática;

— coordenar visitas do pessoal de aviação às unidades engajadas e reciprocamente.

d) Corpo de Exército. O Corpo de Exército, já foi dito, embora não tenha representantes junto ao centro de operações conjuntas (na secção de operações aero-terrestres), possui, entretanto, como elementos do sistema, o G-2 e G-3 do Ar das 2ª e 3ª Secções do EM e os meios de comunicações fornecidos pela Cia. de Transmissões.

Esses elementos não têm ligação direta com a Força Aero-Tática, como é o caso do Exército, porém, o fazem através dos elementos do sistema de controle aero-tático (Centro Diretor Aero-Tático) e que operam na zona de ação do Corpo de Exército.

As unidades subordinadas formulam os seus pedidos, que serão incluídos no plano de operações do Corpo.

Estabelecidos os pedidos pelo Corpo de Exército, são enviados ao

Exército para serem submetidos ao processamento final pela Força Aero-Tática.

O G-2 do Ar do Corpo de Exército recebe os pedidos de reconhecimento das Divisões e dissemina informações recebidas do escalão superior no que concerne a reconhecimentos aéreos.

Os pedidos das Divisões são coordenados com os do próprio Corpo e enviados ao G-2 do Ar do Exército para processamento final.

O G-3 do Ar do Corpo de Exército recebe os pedidos para missões das Divisões e desde que coordenados com os do Corpo serão encaminhados ao G-3 do Ar do Exército para aprovação final.

e) Divisão. Dentro do sistema de operações aero-terrestres a Divisão só possui o G-3 do Ar e os meios de comunicações postos à sua disposição pela Cia. de Transmissões para as ligações aero-terrestres. Tal como o Corpo, a subsecção de G-2 do Ar do EM, não tem ligação direta com as Forças Aero-Táticas, ela serve como canal de comunicações para: remessa dos pedidos da Divisão e unidades subordinadas ao Corpo e difusão entre as unidades subordinadas das informações recebidas do escalão superior.

f) Forças terrestres e os pedidos para missões aéreas. As forças terrestres podem fazer seus pedidos a partir de qualquer escalão. O processamento desses pedidos, obedecerá sempre ao canal de comunicações do sistema de operações terrestres, qualquer que seja o escalão que os inicie. Isto é, os pedidos partidos das Divisões são filtrados pelo Corpo e enviados ao Exército, que terá igual procedimento com os dos Corpos que o compõe, até atingirem o Grupo de Exércitos, onde são finalmente aprovados, antes de serem submetidos ao Centro de Operações Conjuntas.

Os pedidos terrestres são feitos, ou com prévia antecedência (durante o pré-planejamento) ou durante a execução das operações,